DECISÃO SINGULAR DSG - G.ICN - 2420/2018

PROCESSO TC/MS	: TC/12397/2015
PROTOCOLO	: 1611919
ÓRGÃO	: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA
JURISDICIONADO	: UMBERTO CANESQUE FILHO
CARGO DO JURISDICIONADO	: SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS
ASSUNTO DO PROCESSO	: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 146/2015
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	: PREGÃO PRESENCIAL Nº 109/2015
OBJETO	: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS NO RAMO DE JARDINAGEM E PAISAGISMO.
CONTRATADA	: F.S.L. MERETI - ME
VALOR INICIAL	: R$ 37.870,00
ÓRGÃO JULGADOR	: JUÍZO SINGULAR
RELATOR	: CONS. IRAN COELHO DAS NEVES

EMENTA. CONTRATAÇÃO PÚBLICA. 3ª FASE. EXECUÇÃO DE SERVIÇOS NO RAMO DE JARDINAGEM E PAISAGISMO. REGULARIDADE E LEGALIDADE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO. OBJETO CUMPRIDO. QUITAÇÃO AO RESPONSÁVEL.

O processo em epígrafe se refere ao procedimento licitatório realizado na modalidade de Pregão Presencial nº 109/2015 (f. 50-73) e formalização do Contrato Administrativo nº 146/2015 (f. 194-197), firmado entre o **Município de Nova Andradina - MS**, CNPJ/MF n° 03.173,317/0001-18, representado pelo Secretário Municipal de Serviços Públicos, Sr. Umberto Canesque Filho, CPF/MF n° 495.768.448-00, como contratante, e a empresa **F.S.L. Mereti - Me**, CNPJ/MF n° 11.045.821/0001-60, representada pela Srª. Francisca Sousa Lima Mereti, CPF/MF nº 412.768.333-34, como contratada.

O objeto do presente instrumento é a execução de serviços no ramo de jardinagem e paisagismo, conforme detalhamento contido na Cláusula Primeira, no valor global de R$ 37.870,00 (trinta e sete mil, oitocentos e setenta reais) e prazo de vigência de 26/5/2015 a 31/12/2015.

A Decisão Singular DSG - G.ICN - 9590/2016 (f. 253-256), publicada no DOE/TCE/MS nº 1436 em 31/10/2016 julgou regular e legal o procedimento licitatório desenvolvido na modalidade de Pregão Presencial nº 109/2015, a formalização do Contrato Administrativo nº 146/2015 e do Termo Aditivo nº 001.

Ao retornarem os autos para exame dos atos subsequentes, a unidade de instrução procedeu à análise dos atos praticados nesta 3ª fase emitindo o seu juízo de valor opinando pela regularidade e legalidade de tais procedimentos, consoante análise ANA - 2ICE - 36076/2017 (f. 280-283).

O douto Ministério Público de Contas adotou a mesma linha de entendimento e prolatou o r. Parecer PAR - 3ª PRC - 23654/2017 (f. 284-285), pugnando pela legalidade da prestação de contas da execução financeira do contrato.

É o relatório.

Cumpridos os pressupostos processuais e regularmente instruídos autos, passo ao exame do mérito, nos termos do artigo 112, parágrafo único, II, “b”, da Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013.

A análise nesta terceira fase recai sobre a execução financeira do contrato conforme estabelece o artigo 120, III, do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013.

Os atos de gestão relativos à 3ª Fase foram realizados em conformidade com as disposições contidas na legislação federal e estão demonstrados por meio das notas de empenho, anulações de empenho, notas fiscais e ordens de pagamento colacionadas aos autos, conforme demonstra planilha a seguir:

RESUMO TOTAL DA EXECUÇÃO	
Valor Contratual Inicial	R$ 37.870,00
Termo Aditivo	_____
Valor Contratual Total	R$ 37.870,00
Decréscimo	R$ 31.652,40
Valor Líquido Empenhado	R$ 6.217,60
Ordens de Pagamento	R$ 6.217,60
Notas Fiscais	R$ 6.217,60

Examinando o feito e verificada a observância das exigências legais o Corpo Técnico se pronuncia pela aprovação da prestação de contas em tela nos seguintes termos (f. 282), *in verbis*:

> Diante do exposto, concluímos pela **regularidade** e **legalidade** da execução financeira do **Contrato Administrativo nº 146/2015**, celebrado entre o **Município de Nova Andradina** (CNPJ Nº 03.173.317/0001-18) e a empresa **F. S. L. Mereti - me** (CNPJ Nº 11.045.821/0001-60), nos termos do inciso I do art. 59 da Lei Complementar nº 160/2012, cc. a alínea "b" do inciso IV do art. 121 do Regimento Interno.

O douto Ministério Público de Contas, seguindo a mesma esteira de entendimento exara o seu r. Parecer opinando pela regularidade e legalidade da execução financeira, mediante a seguinte dicção (f. 285), *in verbis*:

> Em vista do exposto, esta Procuradoria de Contas opina, nos termos do art. 18, II da LC n. 160/12, no sentido de que esta Corte de Contas adote o seguinte julgamento:

1– pela legalidade e regularidade da execução, nos termos do art. 59, I da LC n. 160/12 c/c art. 120, III da Resolução Normativa n. 076/13;
2– pela comunicação do resultado do julgamento aos interessados, nos termos regimentais.

Assiste razão ao e. Procurador do Ministério Público de Contas, porquanto conforme testemunha o Corpo Técnico, o presente contrato foi precedido de regular procedimento licitatório desenvolvido na modalidade de Pregão Presencial nº 109/2015, cujos atos já foram apreciados e aprovados, restando demonstrados nesta sede o cumprimento do objeto, a exatidão dos valores aplicados e o regular adimplemento das obrigações, fatos que autorizam a aprovação da presente prestação de contas.

Ante o exposto, com fundamento legal no artigo 21, II e artigo 59, I, ambos da Lei Complementar Estadual nº 160/2012, artigos 9º e 10, II, artigo 120, III e artigo 171, todos da Resolução Normativa TC/MS n° 76, de 11 de dezembro de 2013, acolho o parecer ministerial e **decido**:

1 – Pela **regularidade** e **legalidade** da execução financeira do Contrato Administrativo nº 146/2015, firmado entre o **Município de Nova Andradina - MS**, CNPJ/MF n° 03.173,317/0001-18, representado pelo Secretário Municipal de Serviços Públicos, Sr. Umberto Canesque Filho, CPF/MF n° 495.768.448-00, como contratante, e a empresa **F.S.L. Mereti - Me**, CNPJ/MF n° 11.045.821/0001-60, representada pela Srª. Francisca Sousa Lima Mereti, CPF/MF nº 412.768.333-34, como contratada;

2 - Pela **quitação** ao responsável, Sr. Umberto Canesque Filho, CPF/MF n° 495.768.448-00, nos moldes do artigo 60, da Lei Complementar Estadual nº 160/2012, combinado com o artigo 171, da Resolução Normativa TC/MS n° 76, de 11 de dezembro de 2013;

3 – Pelo **arquivamento** dos autos, nos termos do artigo 173, V, da Resolução Normativa TC/MS n° 76, de 11 de dezembro de 2013.

É a decisão.

Publique-se nos termos do artigo 50, I, da Lei Complementar nº 160, de 02 de Janeiro de 2012, combinado com o artigo 70, § 2º e artigo 99, da Resolução Normativa TC/MS n° 76, de 11 de dezembro de 2013.

Campo Grande/MS, 16 de março de 2018.

CONS. IRAN COELHO DAS NEVES
Relator